

Portugal: conseguiremos acelerar na corrida digital?

A COVID-19 reforçou a importância da digitalização na nossa vida. Graças a ela, foi possível que mais de 22% da população empregada em Portugal estivesse em teletrabalho no 2T 2020, que os mais novos pudessem assistir às aulas remotamente, encomendar refeições prontas dos nossos restaurantes preferidos, assistir a filmes e séries nas plataformas de *streaming*, enquanto médicos e utentes conseguiram manter o contato com o recurso às teleconsultas, e os cidadãos puderam aceder aos serviços públicos de forma digital. Em suma, a digitalização permitiu que a economia e a sociedade não parassem completamente durante o confinamento, atenuando as consequências económicas e sociais, e enfatizou que um maior progresso no processo de digitalização é essencial.

Neste contexto, importa olhar para Portugal e perceber em que ponto nos encontramos e que desafios o país enfrenta para encarar esta «corrida digital».

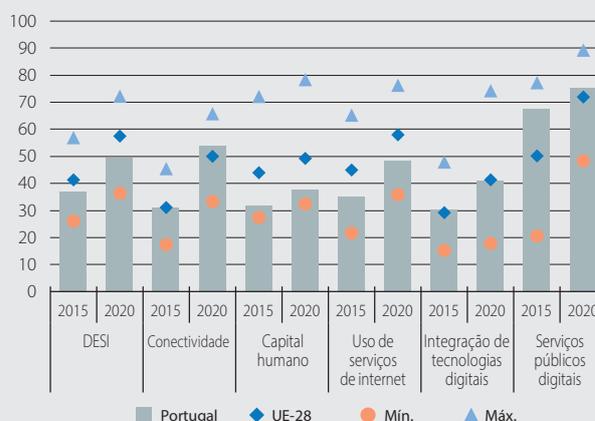
Digitalização: onde estamos...

Para analisar a situação de Portugal, vamos recorrer ao indicador DESI (em inglês, *Digital Economy and Society Index*), elaborado pela Comissão Europeia, e que avalia a posição de 28 países da União Europeia (ainda com o Reino Unido) em cinco dimensões: conectividade, capital humano, utilização de serviços da Internet, integração de tecnologia digital nas empresas e serviços públicos digitais.

De acordo com o DESI 2020, com base nos dados de 2019, Portugal posiciona-se no 19º lugar e abaixo da média da UE. O *gap* face à UE tem vindo a acentuar-se nos últimos quatro anos. De facto, comparativamente com 2015, Portugal é dos países que fez menos progressos, um sinal de que estamos a ficar para trás na corrida da transição digital.

Contudo, nem todos os sinais são negativos. Portugal destaca-se de forma favorável em duas dimensões: conectividade e serviços públicos digitais. Não obstante, trata-se de uma posição relativa que pode ser alcançada por caminhos muito diferentes. Por um lado, no que se refere à conectividade, Portugal subiu 5 posições face a 2015. Contudo, este resultado esconde grandes divergências. Por um lado, o país compara de forma muito positiva no acesso à banda larga fixa de pelo menos 100 Mbps (2º) e na cobertura de rede fixa de alta velocidade (7º); por outro lado, posiciona-se no fim da tabela no número de subscrições de dados móveis por 100 indivíduos e no índice de preços da banda larga. Ao mesmo tempo, revela fraca pontuação no índice que mede o estado de prontidão dos países para a rede 5G (8,3% do espectro disponível em 2020, face a 21% na UE).

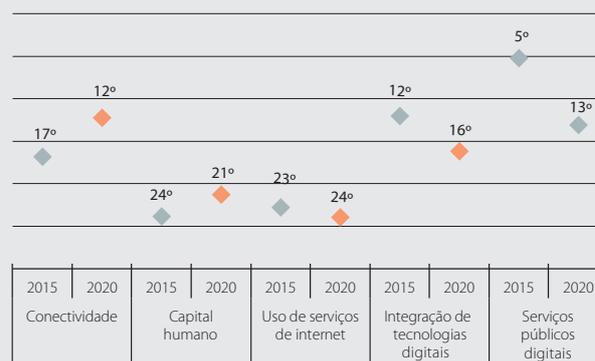
Portugal: indicador DESI e suas componentes (Nível)



Fonte: BPI Research, com base nos dados da Comissão Europeia.

Posição de Portugal nas várias componentes do DESI

(Posição face a 28 países)



Fonte: BPI Research, com base nos dados da Comissão Europeia.

Por sua vez, e no que diz respeito à segunda dimensão, a dos serviços públicos digitais, Portugal caiu consideravelmente face à 5ª posição que detinha em 2015. No entanto, e tal como acontece no âmbito da conectividade, a situação é bastante heterogénea. Por um lado, comparado, por exemplo, nos serviços públicos digitais disponíveis para as empresas (19º), mas, por outro lado, posiciona-se em 2º lugar na conclusão de serviços *online* (por exemplo, associados ao nascimento de um filho ou a alteração de residência).

Mais alarmante é a posição no que diz respeito ao capital humano e à utilização da Internet, apesar dos progressos face a 2015. Portugal é um dos países pior classificados no que diz respeito ao capital humano. De facto, o DESI revela que 26% da população portuguesa em 2019 não tinha quaisquer competências digitais (9% no conjunto da UE) e que 52% tinha competências digitais básicas (58% na

média da UE). Por sua vez, os especialistas em TIC representavam apenas 2,4% do emprego total em 2019, colocando Portugal na 25ª posição do *ranking*.

Relativamente à utilização de serviços da Internet de âmbito pessoal, 22% da população portuguesa nunca tinha usado a Internet em 2019, mais do dobro do registado na UE. Se, por um lado, os utilizadores portugueses se destacam de forma positiva na utilização da internet para ter acesso a notícias e redes sociais, por outro lado, a percentagem de utilizadores que a usa para *homebanking* ou para fazer compras é comparativamente mais reduzida. Nem a integração da tecnologia digital nas empresas é muito promissora: Portugal caiu quatro posições face a 2015, atingindo a 16ª posição em 2020. O país compara de forma positiva no volume de negócios das PME's com origem no comércio eletrónico, mas regista um dos piores resultados relativamente à utilização das redes sociais, onde apenas 16% das empresas tem presença, contra 25% na UE. Ao mesmo tempo, registou um decréscimo na percentagem de PME's que vendem os seus produtos online, de 18% em 2019 para 16% em 2020, ficando abaixo da média da UE (18%). De facto, as PME's são menos ativas na digitalização do que as grandes empresas: por um lado, estão, normalmente, concentradas em sectores mais tradicionais, onde a capacidade de inovar é menor; por outro lado, os baixos níveis de literacia digital dos proprietários, gestores e empregados e a dificuldade em obter financiamento para projetos mais arriscados acentuam os obstáculos¹.

...e para onde vamos

Nos últimos anos, o país tem avançado com várias iniciativas na área digital. A título de exemplo, na área da conectividade, destaca-se a aposta na fibra ótica, com a proliferação em áreas mais remotas. Ao nível do capital humano, através, por exemplo, do programa INCoDe.2030, que aposta na inclusão digital dos mais vulneráveis, na educação e qualificação, na especialização e na investigação. Relativamente às iniciativas para promover a digitalização nas empresas, destaca-se a estratégia Indústria 4.0, que inclui a melhoria das qualificações dos empregados e a transição digital em mais de 20.000 empresas. Portugal avançou ainda, por exemplo, com o programa Comércio-Digital.t, para promover a presença das PME's no comércio eletrónico e serviços digitais. Ao nível dos serviços públicos digitais, temos medidas como o SIMPLEX, a criação do site *ePortugal* (que agrega serviços para os cidadãos e empresas) ou a PEM Móvel (que permite prescrições médicas através do *smartphone*). Por outro lado, Portugal está atrasado na disponibilização da rede 5G, que será a base de uma enorme transição digital. De facto, o país já falhou

uma meta europeia (de ter pelo menos uma cidade com oferta comercial de 5G em 2020) e é um dos três países sem qualquer oferta comercial de 5G.

E qual o papel do PRR na transição digital em Portugal? Portugal vai alocar 15% dos fundos do PRR à transição digital, ou seja, 2.460 milhões de euros. Este montante será repartido por 5 componentes: Empresas 4.0 (650 milhões de euros), Qualidade das Finanças Públicas (406 milhões de euros), Justiça Económica e Ambiente de Negócios (267 milhões de euros), Administração Pública mais eficiente (578 milhões de euros) e Escola Digital (559 milhões de euros). Os investimentos dividem-se entre a promoção da transição digital nas empresas, a melhoria das competências digitais da população, tornar a Administração Pública mais digital e simples, reduzindo burocracias, promovendo a partilha de informação entre os vários organismos, criando condições para o teletrabalho na função pública e criando mecanismos para a monitorização das contas públicas.

Vimos na análise do DESI que um dos maiores calcanhares de Aquiles para Portugal era a educação digital, mas o montante do PRR alocado a esta rubrica deverá rondar os 5% do total, e grande parte destes investimentos tem como destino a Administração Pública. Apesar de ser inegável a vantagem de tornar a Administração Pública mais eficiente, digital e menos burocrática, também seria importante uma aposta mais musculada nas competências digitais da população; de facto, de nada serve colocar à disposição de cidadãos e empresas serviços digitais relevantes se estes não tiverem capacidade de os usar devidamente. Nesta corrida digital que o país enfrenta, importa não deixar ninguém para trás. Em suma, o PRR representará um avanço em termos digitais, mas com um pouco mais de intencionalidade (ou seja, atacando com mais força aquelas áreas que o DESI deteta como mais débeis) poderia resultar num salto muito mais ambicioso.

1. Comissão Europeia (2019). «The digitalisation of small and medium-sized enterprises in Portugal: Models for financing digital projects».